

UMA PROPOSTA NEGRA PARA O PT

Durante o 10º Encontro Nacional do PT, realizado no ano passado o partido prestou uma justa homenagem ao povo negro brasileiro através de ZUMBI DOS PALMARES inserindo uma vez por toda em seu interior o debate do tema racial.

Neste mesmo Encontro foi criada a **Secretaria Nacional de Combate ao Racismo** possibilitando que a discussão sobre as questões raciais tenha um organismo dentro do partido para o aprofundamento do debate e a apresentação de alternativas que resgate a contribuição do negro enquanto agente formador da identidade nacional e ao mesmo tempo sendo a grande parcela dos excluídos nesta sociedade.

Na realização do seu 4º Encontro Nacional os negros e negras do PT consolidaram a criação da **SNCR** ao eleger seu Secretário e respectivo coletivo. Agora a tarefa que se coloca para esta Secretaria é implementar suas instâncias em todos os rincões do Brasil em que exista o Partido dos Trabalhadores, e como tarefa imediata temos o enfrentamento com o projeto neoliberal de Fernando Henrique Cardoso, que aprofunda o racismo e o preconceito no país levando a maioria da população negra a viver em situação de extrema pobreza.

Para este enfrentamento o 4º Encontro de Negros e Negras do PT deliberou por estarmos apresentando nas instâncias do partido propostas que em seu conjunto contemplem as necessidades do povo negro bem como as alternativas que vislumbramos essenciais para serem implantadas nas futuras administrações petistas.

Assim sendo estamos apresentado aos companheiros e companheiras desta Conferência algumas proposições que possam fazer parte do Programa de Governo Democrático e popular das prefeituras do PT.

Alguns Motivos:

As denúncias e manifestações feitas pelo Movimento Social Negro no Brasil durante vários anos produziu o reconhecimento por parte de órgãos governamentais que este país é racista e preconceituoso e algumas parcas atitudes foram tomadas no sentido de colocar para a população qu algo está sendo feito no combate ao racismo.

Acontece que estas iniciativas ficam muito mais no campo da publicidade do que ao ataque de fato aos agentes causadores e reprodutores da desigualdade racial e social, ou seja, o capitalismo neoliberal e as elites oligárquicas do Brasil.

O texto produzido pelo movimento negro na ocasião da Marcha sobre Brasília, ao se referir à educação nos dá a medida exata do que ocorre na reprodução da ideologia racista, ei-lo abaixo.

A reiteração de abordagens e estereótipos que desvalorizam o povo negro e supervalorizam o branco, resulta na naturalização e conservação de uma ordem baseada numa suposta superioridade biológica que atribuiu a negros e brancos papéis e destinos diferentes.

Num país cujos donos do poder descendem de ex-escravizadores a influência nefasta da escola se traduz não apenas na legitimação da situação de inferioridade dos negros, como também na permanente recriação e justificação de atitudes e comportamentos racistas. De outro lado, a inculcação de imagens estereotipadas induz a criança negra a inibir suas potencialidades, limitar suas aspirações profissionais e humanas e bloquear o pleno desenvolvimento de sua identidade racial.*

Cristaliza-se uma imagem mental padronizada que diminui, exclui, subrepresenta e estigmatiza o povo negro, impedindo a valorização positiva da diversidade étnico-racial, bloqueando o surgimento de um espírito de respeito mútuo entre negros e brancos e comprometendo a idéia de universalidade da cidadania.

Em outra parte do texto da Marcha constata-se o seguinte:

A segmentação racial no mercado de trabalho é evidente: postos de trabalho que implicam contato com público ou usuários - ainda que não exijam qualificação especial - são vedados à população negra. Dissimula-se o critério racial com exigências indisfarçadamente discriminatórias à exemplo do conhecido quesito de boa aparência.

No setor público, cujo acesso é mais democratizado devido ao sistema de concursos, é significativa a presença do segmento negro. Entretanto sua participação limita-se em regra, às funções manuais localizadas na base do serviço público e sem possibilidades de ascensão profissional.

A divisão racial no trabalho revela-se quando se constata que nos setores e ocupações considerados nobres pela sociedade a participação da mão-de-obra negra é ínfima. No outro extremo, isto é, nas ocupações consideradas menos nobres e desvalorizadas, é grande a presença deste segmento.

Os enfoques dados acima na questão da educação e do trabalho poderiam ser estendidos a outras esferas da sociedade onde a situação da raça negra sempre é de desvantagem em relação aos brancos. Contudo nos bastamos, neste momento, estes dois exemplos para reafirmarmos nossa disposição de enquanto negros e negras petistas estamos influenciando diretamente nas proposições para os Programas de Governo das administrações municipais que vamos disputar este ano em todo o país.

O programa de superação do racismo e da desigualdade racial, proposto pelos movimentos integrantes da Marcha sobre Brasília é o referencial que vamos apresentar ao conjunto do partido como contribuição aos PG's, haja vista que o acúmulo das propostas foi realizado em parceria com todo o movimento social negro.

Um movimento que congrega inclusive um grande contingente de militantes petistas que durante toda sua vida deram a contribuição necessária para que o debate da questão racial viesse à tona na sociedade.

AS PROPOSIÇÕES:**I - DEMOCRATIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO:**

Inclusão do quesito cor em todos e quaisquer sistemas de informação sobre a população, cadastros do funcionalismo, usuários de serviços, internos em instituições públicas, empregados, desempregados, inativos e pensionistas, e particularmente nas declarações de nascimentos, prontuários e atestados de óbito para que se conheça o perfil da morbidade e da mortalidade da população negra nas cidades. A criação desta base de dados sobre a população negra é fundamental para a formulação de políticas públicas específicas para todas as áreas de interesse da questão racial

II - MERCADO DE TRABALHO

Implementação das Convenções 29, 105 e 111 da OIT;

Estabelecimento de incentivos fiscais às empresas que adotarem programas de promoção da igualdade racial.

Desenvolvimento de políticas de combate à feminização da pobreza, fenômeno que atinge a absoluta maioria das mulheres negra. Para tanto propomos a observação do art. 7. em su inciso XX da CF, que prevê " proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei ", contemplando especificamente a mulher negra através de programas de acesso, a capacitação e treinamento para o mercado de trabalho.

III- EDUCAÇÃO

Recuperação, fortalecimento e ampliação da rede municipal de ensino garantindo que esta seja gratuita e de boa qualidade

Implementação da Convenção Sobre Eliminação da Discriminação Racial no Ensino

Monitoramento dos livros didáticos, manuais escolares e programas educativos controlados pelo município.

Desenvolvimento de programas permanentes de treinamento de professores e educadores que os habilite a tratar adequadamente com a diversidade racial, identificar as práticas discriminatórias presentes na escola e o impacto destas na evasão e repetência das crianças negras.

Desenvolvimento de programa educacional de emergência para a eliminação do analfabetismo. Concessão de bolsas remuneradas para adolescentes negros de baixa renda para o acesso e conclusão do primeiro grau.

Desenvolvimento de ações afirmativas em conjunto com instituições de ensino para o acesso dos negros aos cursos profissionalizantes, à universidade e às áreas de tecnologia de ponta.

Inclusão no currículo escolar da disciplina História da África para que os descendentes de africanos possam conhecer a história de seu povo.

IV- CULTURA E COMUNICAÇÃO

Desenvolver programas que assegurem a igualdade de oportunidade e tratamento nas políticas culturais domunicípio, tanto no que se refere ao fomento à produção cultural, quanto à preservação da memória, de modo a dar visibilidade aos símbolos e manifestações culturais do povo negro brasileiro.

Promover o mapeamento e tombamento dos sítios e documentos detentores de reminiscências históricas, bem como a proteção das manifestações culturais afro-brasileiras.

Propor projeto de lei, visando a regulamentação dos art. 215 216 e 242 da Constituição Federal

Assegurar a representação proporcional dos grupos étnicos/raciais nas campanhas de comunicação do governo e de entidades que com ele mantenham relações econômicas e políticas.

V- SAÚDE

Garantir as condições necessárias pra que negros e negras possam exercer a sua sexualidade e os seus direitos reprodutivos, controlando a sua própria fecundidade, para ter ou não ter os filhos que desejam, garantindo o acesso a serviços de saúde de boa qualidade, de atenção à gravidez, ao parto e às doenças sexualmente transmissíveis.

Adoção no sistema público de saúde, de procedimentos de detecção da anemia falciforme (nos primeiros anos de vida), hipertensão e miomatoses.

Viabilização de serviços específicos para anemia falciforme na área de hematologia via Programa Municipal de Atenção às hemoglobinopatias Hereditárias conforme sugere a OMS. Tal Programa Municipal deverá dispor de habilitação técnica, científica política e ética para evitar, enfrentar e vencer as possíveis discriminações que poderão surgir em relação a portadores(as) de Anemia Falciforme ou do traço falcêmico.

Os boletins epidemiológicos da Secretaria Municipal de Saúde devem analisar o impacto das condições sociais de desigualdade: raça, educação e nível sócio-econômico no desenvolvimento da epidemia, introduzindo o quesito cor na ficha epidemiológica da AIDS

Garantir o direito à saúde integral das mulheres, observando as especificidades raciais e étnicas

VI- RELIGIÃO

Elaborar a proposição de legislação que defina e puna a intolerância étnico-religiosa, assim como os preconceitos e estereótipos que estigmatizam os cultos de origem africana, de modo a dar cumprimento ao preceito constitucional que assegura o livre exercício religioso.

Fonte: Por uma política Nacional de combate ao Racismo e à Desigualdade Racial- Marcha Sobre Brasília.

Assinam este documento:

Martvs Antonio Alves das Chagas, Membro da Secretaria Nacional de Combate Ao Racismo

Paulo Azarias, Membro da Secretaria Estadual de Combate ao Racismo

Fabiana da Silva, Secretaria Municipal de Combate ao Racismo Juiz de fora

Leslie de Freitas, Secretaria de Combate ao Racismo de Juiz de Fora

Maria Euzébia Delfino, Coordenadora Central de Movimentos Populares-JF

Valmir Cristino dos Reis, Presidente da Cut Regional Zona da Mata

Cirene Izidoro Candanda, PT-Juiz de Fora

Beatriz Cornélio, Secretaria Municipal de Combate ao Racismo-Juiz de Fora

Antonio Hugo Bento, Secretaria Municipal de Combate ao Racismo-Juiz de Fora

Devanir Barbosa, PT Juiz de Fora